

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.783 - SP (2019/0014135-3)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : R S B
ADVOGADO : FERNANDA BOTELHO DE OLIVEIRA DIXO E OUTRO(S) -
SP184090
AGRAVADO : M C D R
ADVOGADO : MARIA ÂNGELA SILVA COSTA HADDAD E OUTRO(S) -
SP092761

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO QUE MANTÉM DECISÃO DENEGATÓRIA DE LIMINAR. AÇÃO EXONERATÓRIA DE ALIMENTOS. EXAME CIRCUNSTANCIAL. NECESSIDADE DE CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS NºS 735 DO STF E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

R. S. B. (R. S. B.) interpôs agravo de instrumento contra decisão que, nos autos da ação exoneratória de alimentos por ele ajuizada contra M. C. D. R. (M. C. D. R.), indeferiu o pedido liminar formulado.

O Tribunal de origem negou provimento ao aludido recurso em acórdão assim ementado:

EMENTA. Agravo de instrumento. Ação de exoneração de alimentos. Decisão que indeferiu a exoneração ou a redução (pedido subsidiário) dos alimentos pagos pelo agravante para sua ex-esposa. Inconformismo. Descabimento. Ausência de demonstração inequívoca da alteração do binômio necessidade/possibilidade. Situação excepcional não verificada. Necessidade de aguardar a instrução processual. Decisão mantida. Agravo improvido (e-STJ, fl. 851).

Irresignado, R. S. B. interpôs recurso especial, fundado na alínea c do permissivo constitucional, apontando dissídio jurisprudencial a respeito dos critérios a serem adotados para a avaliação do pedido de exoneração de alimentos fornecidos a

ex-cônjuge.

O apelo especial não foi admitido na origem sob o fundamento de que o dissídio jurisprudencial ventilado não teria sido regularmente demonstrado.

R. S. B., então, interpôs o presente agravo renegando a incidência do aludido óbice, repisando as teses ventiladas no apelo nobre denegado na origem.

Contraminuta não apresentada.

O MPF deixou de se manifestar diante a ausência de interesse público que justificasse a sua intervenção (e-STJ. fls. 969/972).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Na esteira de entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, não cabe recurso especial para apreciar questão relacionada ao deferimento de medida liminar ou à antecipação dos efeitos da tutela, a teor do Verbete nº 735, aplicável por analogia.

Além disso, a almejada revisão das conclusões do Tribunal recorrido, no sentido da ausência de elementos seguros para a concessão da liminar pleiteada, bem como da necessidade de se aguardar a finalização da instrução processual no caso para o melhor exame do pedido exoneratório, demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido, destacam-se os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. É assente neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento que os alimentos devidos entre ex-cônjuges têm caráter excepcional e transitório, salvo quando presentes particularidades que justifiquem a prorrogação da obrigação, tais como a incapacidade laborativa, a impossibilidade de inserção no

mercado de trabalho ou de adquirir autonomia financeira. 1.1. No caso dos autos, o Tribunal de origem, após análise do conjunto probatório e interpretando os termos do acordo firmado entre as partes, verificou ser devida a manutenção dos alimentos. Incidência das Súmulas 5/STJ e 7/STJ.

[...]

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp nº 1.306.626/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, DJe 19/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. EX-CÔNJUGE. MANUTENÇÃO DA PENSÃO ALIMENTÍCIA. SÚMULA 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O STJ possui entendimento no sentido de que os alimentos devidos entre ex-cônjuges têm caráter excepcional e transitório, salvo quando presente a incapacidade laborativa ou a impossibilidade de inserção no mercado de trabalho.

2. No caso dos autos, o Tribunal de origem concluiu pela manutenção da pensão alimentícia, uma vez que não há evidência de que a ex-mulher possa se manter com o próprio trabalho, alegando alteração cardíaca e dores no joelho, e não há prova de que vem exercendo trabalho informal, restando, assim, confirmada a necessidade de continuidade da prestação alimentícia.

Entender que a ora agravada não comprovou a impossibilidade de prover sua própria subsistência e, consequentemente concluir pela exoneração do dever de prestar alimentos, demandaria a incursão no acervo fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp nº 1.315.051/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 20/11/2018)

Por fim, cumpre ressaltar que a falta de particularização dos dispositivos de lei federal que o acórdão recorrido teria contrariado ou atribuído interpretação divergente consubstancia deficiência bastante a inviabilizar o conhecimento do apelo especial, atraindo, na espécie, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal (AgRg no AREsp nº 367.979/PE, Rel. Ministro ANTÔNIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma DJe 13/11/2015).

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Não tendo havido fixação na origem para essa fase processual, deixo de majorar os honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 2º c/c § 11 do NCPC, advertindo, contudo, que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts.1.021, § 4º e 1.026, § 2º) e honorários recursais (art. 85, § 11).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

